

Denúncias após os grampos ilegais

• Grampos feitos em 23 de maio de 2002 nos telefones de Geddel e Benito teriam resultado em duas cartas, ambas enviadas em 29 de maio, seis dias depois, para Parente. Numa das cartas, Antonio Carlos denuncia irregularidades em obras na Codevasf, que estariam sendo feitas com o objetivo de arrecadar dinheiro para a campanha de Benito. A carta cita José Amando, com quem Benito conversara dias antes, num telefonema grampeado, e relata que o desvio de recursos públicos se faria pela subcontratação de uma empresa local para realizar obra licitada em favor de uma empreiteira de maior porte.

Outros grampos, feitos em 13 de agosto no telefone de Geddel, teriam resultado em outras duas cartas escritas por Antonio Carlos, uma enviada a Guilherme Dias em 16 de agosto e outra a Anadyr, em 11 de setembro. Na carta enviada a Dias, o senador faz um apelo ao ministro para que se "acautele contra o cerco e a pressão de alguns agatunados da política baiana que tentam usar verbas do Orçamento da União para financiar suas campanha políticas".

Dias antes do envio da carta, teria sido grampeada uma conversa entre Geddel e o então presidente Fernando Henrique. Nela, o deputado teria pedido a interferência do então presidente para viabilizar a liberação de R\$ 20 milhões do Orçamento.

A carta enviada a Anadyr denuncia que verbas destinadas à agência de publicidade Link, para uma campanha de educação no trânsito, seriam "carreadas diretamente para o PMDB baiano, na pessoa do deputado Geddel Vieira Lima". A denúncia, segundo a revista, também teria sido feita com base em conversa telefônica grampeada ilegalmente dias antes.